

ORGANIZAÇÃO SOCIAL, CORRUPÇÃO E/OU TRANSFORMAÇÃO? OS SENTIDOS DA POLÍTICA PARA JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Leonardo Carvalho Souza¹
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro²
Frank Antonio Mezzomo³

RESUMO: Nesse artigo, analisamos os sentidos que jovens universitários do estado do Paraná atribuem à política, buscando compreender esta dimensão para além da via formal e partidária. Para a produção dos dados, realizamos entrevistas com 18 universitários dos cursos de Pedagogia e História da Universidade Estadual do Paraná. A pesquisa foi desenvolvida em um período de efervescência política, econômica e social do Brasil, marcado por movimentos como o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e, em âmbito estadual, as greves dos servidores do Paraná em 2015 e 2016, além do movimento de ocupação de escolas e universidades pelos jovens, entre outros. Para a análise do material empírico, elaboramos três eixos que permitem compreender tendências nas relações dos jovens com a dimensão política. Os resultados evidenciam a multiplicidade de sentidos e experiências dos jovens universitários no que diz respeito à política, expressando que esta dimensão é entendida ora como estruturante da sociedade, ora como instituição e práticas associadas à corrupção ou, ainda, como elemento vinculado à emancipação dos sujeitos e à transformação da sociedade.

Palavras-chave: Jovens. Universidade. Sentidos da política.

SOCIAL ORGANIZATION, CORRUPTION AND/OR TRANSFORMATION? MEANINGS OF POLITICS ACCORDING TO YOUTH UNIVERSITY STUDENTS

ABSTRACT: In this paper, we analyze the meanings that youth university students from Paraná, Brazil assign to the politics, in order to understand this dimension beyond a formal and partisan institution. Data were produced from interviews conducted with 18 university students of Pedagogy and History at the State University of Paraná. The research was carried out during a period of political, economic and social effervescence in Brazil, marked by movements such as Dilma Rousseff's impeachment in 2016, and the strikes of the Paraná's

¹ Graduado em Pedagogia e Serviço Social. É Mestre pelo Programa Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Suas pesquisas tangenciam as problemáticas em torno da juventude, política e sociedade. E-mail: leonardopedagogoeassistente@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), onde atua nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e no Mestrado Profissional em Ensino de História. Atualmente desenvolve pesquisa sobre juventude, projeto de vida, religião e política. E-mail: crispataro@gmail.com

³ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), atuando nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e em História Pública. Desenvolve pesquisas interdisciplinares que envolvem as temáticas da política, religião, juventude. E-mail: frankmezzomo@gmail.com

civil servants in 2015 and 2016, besides the movement of occupation of schools and universities by young people, among others. For data analysis we elaborated three axes that allow to understand trends in the relations of the youth with the politic dimension. The results highlight the multiplicity of meanings and experiences of the youngers regarding politics, and express that such dimension is understood sometimes as a structure of society, sometimes as an institution and practices associated with corruption, and even as an element linked to the emancipation of subjects and the transformation of society.

Keywords: Youth. University. Meanings of politics.

INTRODUÇÃO

A participação política da juventude no Brasil tem se destacado na última década, a partir de movimentos como as Jornadas de Junho de 2013 ou as ocupações das escolas e universidades, e pode ser também percebida em micro fenômenos como, por exemplo, no acompanhamento das sessões em Câmaras Municipais, na promoção de cursinhos pré-vestibular para jovens carentes, entre outros espaços nem sempre tão visibilizados. Entendemos que as formas de participação juvenil são diversas, o que nos leva a atentar para suas múltiplas expressões e manifestações na atualidade. Há que se destacar, também, que a juventude brasileira contemporânea é a primeira geração a nascer e crescer num regime democrático, em que se desenvolveram diversos mecanismos, instituições e espaços de participação, como conselhos, conferências e outros nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Certamente, esses elementos permitem afirmar que há um compartilhamento de experiências afins dessa geração.

É pertinente ressaltar, ainda, a heterogeneidade e multiplicidade dos grupos juvenis que têm se destacado pela participação política, os quais não se restringem apenas ao espectro de esquerda, como já se notou nos movimentos de rua. Com efeito, o que se percebe é uma onda conservadora no Brasil, da qual os jovens têm assumido protagonismo, como se nota por meio de organizações como MBL, Vem pra Rua, Cansei, Revoltados Online, e outros que levantam pautas como a volta de uma Ditadura Civil-Militar, a diminuição da intervenção do Estado, a redução da maioria penal, o fim das cotas raciais em universidades e concursos públicos, a proibição do aborto e o encolhimento de outros

direitos direcionados aos grupos minoritários. Ademais, o fim da corrupção também aparece presente nas pautas desses grupos e são enfaticamente marcados por uma conotação antipartido e antipetismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; TATAGIBA, 2018).

Nesse sentido, parece sugestivo pensarmos que as formas de fazer política e de compreender a política no Brasil atual já não são as mesmas de décadas anteriores, e que os jovens trazem novos sentidos a esta dimensão, quando consideram, por exemplo, os espaços virtuais – tais como os das mídias sociais (*Facebook, Twitter, WhatsApp* e outras) – como possíveis meios de se fazer política, nas relações com a família, entre outras. Cabe, então, perguntarmos: os jovens têm elaborado novos sentidos para a política? Se sim, que sentidos são esses? Os jovens, em especial os universitários, são mesmo os “sujeitos da mudança”? Como têm se organizado nesse sentido? Quais são os comportamentos, as atuações decorrentes dos sentidos atribuídos à política? Como podemos analisar esses sentidos e suas dinâmicas? É possível estabelecer pontos comuns sobre esses sentidos de política trazidos pelos jovens?

Essas são algumas perguntas que orientaram a discussão aqui realizada, que parte da problemática de que o processo político presente se mostra dinâmico e comporta a coexistência de novos modos de se perceber, entender, atribuir sentido e fazer política⁴. Como veremos, tais compreensões juvenis parecem, em alguns casos, secundarizar, mas não abandonar, os modos mais tradicionais, pautados nas vias institucionalizadas, como sindicatos e partidos, que, embora menos acionados pelos jovens, também aparecem e são, por vezes, ressignificados por eles. A atuação juvenil tem expressado novas vozes e tons que devem ser interpretados, a fim de compreender como as identidades juvenis se movimentam nesse contexto.

É a partir desta perspectiva que tivemos por objetivo, com esse estudo, analisar as compreensões e os sentidos atribuídos à política por jovens universitários dos cursos de Pedagogia e História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), considerando que o

⁴ Este artigo é parte de Dissertação de Mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, da Universidade Estadual do Paraná, câmpus de Campo Mourão (PPGSeD/Unespar). Este estudo está ainda vinculado a investigação mais ampla conduzida pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Unespar, intitulada “Identidades juvenis, religião e política: jovens universitários de cursos de licenciatura”, coordenada pela Professora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, que conta com apoio do CNPq.

processo de formação universitária pode vir a modificar e influenciar as identidades desses sujeitos, em especial em relação às suas posições, entendimentos e modos de participação relacionados à dimensão política. Ademais, é importante compreender os entendimentos dos universitários em articulação aos eventos que marcam o contexto político, econômico e social brasileiro nos últimos anos, como os movimentos em torno do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, as greves dos servidores no estado do Paraná em 2015 e 2016, as ocupações de escolas e universidades, os escândalos de corrupção, entre outros. Para a coleta dos dados, selecionamos 18 jovens, considerando 2 de cada curso/câmpus, que estavam em seu último ano da Graduação, com os quais realizamos entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e a análise dos dados foi realizada a partir da construção de eixos temáticos, buscando sistematizar as compreensões e sentidos atribuídos à política pelos jovens universitários.

O presente texto está organizado em três momentos. Na primeira parte, partindo da relevância e influência da formação universitária na constituição dos sujeitos, trazemos algumas discussões acerca da noção de juventude, das relações entre os jovens e a política, e da própria compreensão acerca da política, especialmente as trazidas por Maar (2000), Bourdieu (2011) e Arendt (2002). Em um segundo momento, apresentamos o processo de construção de nossa investigação e as estratégias de produção dos dados para, na terceira parte deste artigo, apresentar e discutir os resultados obtidos, salientando que a análise dos dados foi organizada a partir de eixos temáticos, a fim de articular as discussões teóricas aos dados empíricos.

JOVENS UNIVERSITÁRIOS E A POLÍTICA

Entendemos que a universidade – especialmente a pública – constitui-se como locus de construção do discurso racionalizado e autorizado pela ciência. A diferença dos jovens universitários em relação aos demais pode ser fundamentada na ideia de Freire-Maia (2007, p. 15), o qual entende que a “ciência acrescenta critério metodológico, rigor e maior capacidade preditiva ao conhecimento vulgar, ainda que este, de modo trivial e assistemático, também descubra fatos, formule explicações e desenvolva teorias”. Isso nos

permite, portanto, demarcar uma diferença do conhecimento científico característico nas universidades, em relação a outras formas de elaboração do conhecimento.

A formação universitária pode contemplar enfoques em múltiplas áreas que contribuem com uma formação mais ampla dos sujeitos, já que, em muitos casos, os estudantes chegam à universidade com compreensões e condutas influenciadas por construções culturais discriminatórias, conteúdos televisivos e, muitas vezes, pelos mecanismos de reprodução social das relações vigentes, o que coloca um desafio ao processo formativo que pretende o conhecimento crítico e reflexivo, e que se opõe à restrição da informação aos estereótipos socialmente construídos ao longo da história. (CARRANO, 2009; MONFREDINI, 2016).

De todo modo, ressaltamos que a formação universitária, preferencialmente, não deve se restringir à formação profissional ou à busca por status e diplomas, mas permitir aos sujeitos colocarem em pauta os problemas que afetam a sociedade e o desenvolvimento das condições de vida da humanidade: “a Universidade, ao desenvolver pesquisa, ensino e extensão, pode se constituir num espaço qualificado visando a formação de sujeitos capazes de constituírem a narrativa da própria vida, do tempo e do espaço em que vivem” (MONFREDINI, 2016, p. 16).

Diante do exposto, consideramos, a relevância do espaço universitário na formação dos sujeitos, e trazemos, a seguir, discussões a respeito da juventude e de estudos sobre a relação entre jovens e política. Conforme o IBGE (2016), considera-se jovem aquele com idade entre 15 e 29 anos, que representam no Brasil cerca de 23,7% da população. Desses, 11,8% são mulheres e 11,9% homens, que juntos abarcam cerca de 47,127 milhões de pessoas. No entanto, entendemos ser insuficiente definir o conceito de juventude a partir de um único critério, como o etário, tampouco podemos compreender a juventude como única ou estática.

Coadunamos com a ideia de utilizar o termo juventudes, no plural, como meio de expressar a pluralidade de contextos que permeiam a multidimensionalidade juvenil e as diferenças oriundas de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que incutem na formação das identidades juvenis, em cada período (FRAGA; LULIANELLI, 2003; DAYRELL, 2003; ABRAMO; FACCHINI, 2009). Ainda a este respeito, Mayorga ressalta que a utilização do termo no plural deve servir também para indicar e denunciar desigualdades, e não apenas para reconhecer a diversidade juvenil (MAYORGA, 2017).

Concordamos com a compreensão de que juventude é uma construção social que expressa uma condição, que pode ser representada de múltiplos modos nos diferentes períodos históricos. Assim, entendemos que não há uma única expressão de cultura juvenil, mas “culturas juvenis”, muitas vezes contraditórias entre si, e que precisam, portanto, ser entendidas com base em parâmetros e modos de organização de determinada sociedade em que estão inseridas (DAYRELL, 2003; FRAGA; LULIANELLI, 2003; CATANI; GILIOLI, 2008; SAINTOUT, 2009).

Com essa diversidade de enfoques, partimos de uma perspectiva de multidimensionalidade da juventude, de modo que não nos detemos em alguma especificidade ou nos agarrarmos a estereótipos que não permitem vislumbrar a multiplicidade, a diversidade e as desigualdades que envolvem o mundo juvenil. Deve-se evitar entender a juventude a partir de polarizações e compreensões unívocas.

Com base nessas discussões, ressaltamos que a juventude é, então, permeada por vasta diversidade, se consideramos a subjetivação e especificidade de cada sujeito. Ademais, se olharmos para aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais, tal diversidade passa a ser ainda maior, especialmente, se incluirmos na análise da juventude variantes como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, de consumo, violência, formação da família, política e outras questões que se inter-relacionam com a juventude em suas múltiplas manifestações (CATANI; GILIOLI, 2008; SAINTOUT, 2009).

Vale destacar que, quando falamos de política, é necessário fazermos algumas aproximações aos conceitos de alguns autores, a fim de trazer contribuições de discussões contemporâneas que ajudam compreender diferentes sentidos da política, que servem de base para a análise dos dados coletados junto aos jovens.

Os sentidos hoje atribuídos à política são frutos de longos processos históricos, que podem ser enfocados de diferentes formas. Assim, podemos dizer que a política recebe diferentes sentidos a depender de um conjunto de acontecimentos e relações sociais. Uma dessas compreensões entende a política como dimensão em que se engendram movimentos, que visam interferir nas realidades e na história a partir de embates, lutas e conflitos que não se pode resolver de outros modos. Pode-se pensar a política, ainda, num sentido organizativo, como resultado da organização dos seres humanos em sociedade. Ao buscarmos exemplos presentes, podemos dizer que o voto, movimentos sociais, discursos,

ações governamentais, são meios de interferir na política, mas existem muitas distinções como veremos (MAAR, 2000).

O que se percebe é a existência de sentidos predominantes em cada período, mas o indicado é analisar essa categoria em suas mais diversas manifestações, sendo possível falar de políticas no plural, já que, em um sentido geral, essa dimensão pode ser entendida como meio para atingir determinados fins ou como um instrumento para encaminhar determinados projetos, horizontes, utopias, etc. De modo complementar, a política pode ser um meio de transformações das situações e da realidade e também das formas de ler, interpretar e compreender o mundo.

Um aspecto característico da política é de ser um campo aberto a modificações, reinterpretações e ressignificações, que dão um caráter de movimento, uma marca imprevisível, já que a qualquer momento pode haver mudanças, revoluções, pois a política possui também um caráter prático, especialmente em relação aos movimentos sociais, que são marcados pelo dinamismo – aspecto que, por vezes, não está presente na política institucionalizada (MAAR, 2000). A partir de tal característica – o dinamismo e indeterminação –, podemos compreender que o debate sobre a política preferencialmente não deve ser acabado, estático.

Outro aspecto a se considerar referente à política é sua relação com o poder, sua capacidade de disciplinar e organizar as relações a partir de determinada visão de mundo. Inserido nessa discussão, são feitas algumas distinções, por exemplo, entre poder político e poder civil, sendo o poder político aquele de quem ocupa o Estado e poder civil referente ao poder do povo. Essa compreensão ajuda a distinguir outras duas dimensões em relação à política, que são a institucional e a não-institucional. A primeira é caracterizada pelas regulamentações, leis e, especialmente, os limites do Estado; já a segunda dimensão – a não-institucional – pode receber um sentido mais geral ao ser identificada no cotidiano, nas relações, na organização de diferentes instituições, como movimentos sociais, igrejas, família, etc., sendo ainda que as pautas que passam a existir nesses espaços não institucionais podem, a partir de lutas e disputas, passar a ser institucionais (MAAR, 2000; BOBBIO, 2011).

Esses diferentes sentidos atribuídos à política sugerem novas perspectivas de estudo, que não mais se pautem apenas na política institucional, referente aos partidos, aos Estados, mas que abrangem também os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e micro fenômenos, como ocupação de escolas, universidades, formas de acesso às cidades entre outras (MAAR, 2000; BOBBIO, 2011; CASTRO, 2016; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Atualmente, parece haver um sentido bastante recorrente e difundido associado à política, que é de vê-la como algo negativo, que parece especialmente se referir à política partidária e à forma como a democracia tem se organizado (CASTELLS, 2018). Tal perspectiva tem levado a questionamentos acerca das formas de participação da população nesse modelo representativo, em que a escolha dos representantes nas eleições tem sido o limite, ficando as escolhas sobre as políticas econômicas, de produção e de condução do país como um todo sem a participação efetiva do povo.

Este aspecto também está presente nas análises de Arendt (2002), que investigou entre outras problemáticas, os sistemas totalitários do século XX, e entende que a política como atividade perpassada pela pluralidade e diversidade de ideias, posições e juízos, sendo essa relação entre os homens que gera seu entendimento de política, como um espaço em que se pode exercer a liberdade. A autora atentou-se ao espaço público enquanto lócus, como dimensão do exercício da política, sendo o espaço privado secundário em sua análise. Em sua perspectiva, a marca principal da política deve ser a de assumir a reponsabilidade ética e transparente, sendo que é na convivência entre diferentes que a política assume sua tarefa de criar um mundo transparente, em que a discussão livre de ideias leve a responsabilização das ações.

A partir desse entendimento, os atuais debates travados no espaço público, isto é, os conflitos e embates que envolvem a política, não seriam em si prejudiciais, já que a combustão que deve existir em relação à “coisa política” precisa ser permeada pelo conflito de ideias, de visões, de perspectivas etc. Assim, se alguns evitam a política por entendê-la como causadora de conflitos, brigas e desentendimentos, para Arendt (2002), a política precisa ser justamente isso. Ao mesmo tempo, a autora critica os preconceitos em relação à política e os prejuízos quando a mesma é ignorada.

Já se lançarmos uma análise da política a partir de Bourdieu (2011), é possível pensarmos em um “campo político”, que o autor caracteriza como autônomo, possuindo suas próprias leis, regras e particularidades, sendo que há, ainda, para o funcionamento de cada campo, uma espécie de fechamento, que é mais intenso em determinados campos e menor em outros. No caso do “campo político”, esse fechamento é aparentemente menor, porque os políticos precisam, ao menos a cada eleição, prestar contas aos que não jogam o jogo com eles, isto é, prestar contas aos leigos, à população. Ao explicar o “campo político”, Bourdieu (2011) marca que neste há uma disposição de concentração de capital político, que o autor define como “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2011, p. 204). Essa espécie de capital é visceral aos políticos, que fazem uso de diferentes meios para adquiri-la, como propagandas, TV, rádios, mídias e outros. É pertinente ainda registrar que o capital político se adquire por meio de outros capitais, como o econômico e o educacional, que propiciam propensões, aptidões e capacidades, as quais dão mais condições de acesso ao capital político para pequenos grupos, que podem também, com maior facilidade, concentrar tal capital.

Ao analisar o campo político, é prudente considerar que muitos dos processos ali existentes são oriundos e determinados nas relações entre os sujeitos que jogam e as posições que cada um ocupa. Segundo Bourdieu (2011, p. 206), o que “está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra”. Há, então, uma busca por convencer as pessoas e por acirrar a burocratização desse campo como forma de dificultar o direito de acesso de outros possíveis membros, o que resulta em uma disputa entre aqueles que querem ampliar e os que querem reduzir as fronteiras do campo político.

Com esses pressupostos sobre o conceito de política, intentamos fornecer alguns aportes para entender os sentidos mais gerais da política e como alguns autores a caracterizam, ao fazerem distinções, por exemplo, da política institucional e não-institucional, ao usarem o espaço público e a transparência como parâmetros, ou ao caracterizarem a política como um campo marcado por disputas desiguais de concentração, reprodução e monopólio do poder.

A partir disso, podemos entender que há diferentes formas de atuação juvenil que podem ser compreendidas como políticas, na medida em que questionam processos de dominação, conflitam, disputam e debatem intencionados em liberdade, emancipação, ocupação e construção de espaços e direitos. Isso nos permite enxergar possibilidades de participação política juvenil em atos simples, como a promoção de cursinhos solidários para jovens carentes; a transformação da aparência – utilização de *piercings*, tatuagens, etc. –, a música, expressões artísticas, formação de grupos de *hip-hop*, a prática do grafite, manifestações em mídias sociais, ocupação de determinados espaços das cidades, pelos sentidos atribuídos à arte urbana, entre outras formas por meio das quais pode-se denunciar e questionar problemas sociais (BUENO; ZANELLA, 2015; CASTRO, 2016).

Ao apresentar esses pressupostos, ressaltamos que não intencionamos trazer concepções absolutas ou estanques de política, mas apreender o que os jovens entendem por política e participação. Por isso, quando mencionamos que investigaremos os sentidos que os estudantes atribuem à política – foco do presente estudo –, referimo-nos, de certo modo, às representações com base na compreensão de Chartier, que a respeito delas infere “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Ainda pensando o contexto vivenciado pela juventude atual, e na intenção de compreender os jovens enquanto atores e produtores de realidades, de modo a enfatizar a dimensão política de suas ações, podemos citar as ocupações de escolas e universidades ocorridas em 2015 e 2016 em todo o Brasil, espaços e movimentos, nos quais os estudantes, ao se mobilizarem, propunham outras formas de ser e estar que influenciaram a sociedade e, ao mesmo tempo, a própria formação desses sujeitos. Assim, podemos entender que a participação juvenil em coletivos contribui para a constituição das identidades, que estão imersas em posições coletivas e, por isso, contrariam a perspectiva de individualização do sujeito (ROMERO, 2017; SILVA; MEI, 2018).

A ocupação de universidades e escolas por grupos de jovens estudantes reforçam o aspecto político da juventude, que se mostrou participativa nas reivindicações por espaços de voz e na proposição de pautas, especialmente porque a escola e a universidade são

espaços que possibilitam e potencializam as diferentes expressões e a participação e ainda que são no Brasil os principais lócus da atuação juvenil (FORACCHI, 1977; SOFIATI, 2008; FARIA, 2017).

As formas de atuação e participação da juventude em movimentos como as Jornadas de Junho de 2013⁵, aqueles que questionaram a Copa, as Olimpíadas no Brasil, a corrupção, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, entre outras, contribuíram para ecoar vozes da população brasileira perpassadas por posições, revolucionárias, progressistas e/ou reacionárias e analisá-las nos permite identificar aspectos presentes na sociedade brasileira (MARICATO, 2013; MACHADO, 2016). Por fim, ressaltamos que, a partir da concepção mais abrangente sobre participação política e ativismo juvenil, é possível identificar uma multiplicidade de modos de atuação, nos quais, são sugeridos pelos jovens modelos menos formais de organização (SOUZA, 2014; CHAUÍ, 2016; CASTRO, 2016).

A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Em nossa pesquisa, buscamos investigar os sentidos que jovens universitários, estudantes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar)⁶, elaboram sobre a política. Para tanto, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas junto a estudantes vinculados aos cursos de licenciatura em Pedagogia e em História, ofertados nos câmpus de Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória⁷, tendo sido selecionados 2 jovens

⁵ Foi um movimento que ocorreu inicialmente em São Paulo e se difundiu em vários estados e municípios do Brasil. Os manifestantes que iam às ruas tiveram por objetivo, inicialmente, protestar contra os aumentos nas passagens de ônibus e metrô, assim como mudar as políticas de gestão do transporte público. Depois de alguns dias de protestos, houve maior adesão por solidariedade aos manifestantes, que sofreram agressões policiais. As jornadas levaram centenas de pessoas às ruas e as pautas foram ampliadas, de modo que passaram a questionar vários aspectos da gestão e política do país. Teve marca registrada do Movimento Passe Livre (MPL), além de ter chamado a atenção por terem sido protestos amplos que não ocorriam em tais dimensões, no Brasil, desde 1992 (SECCO, 2013).

⁶ A Unespar é uma universidade pública criada em dezembro de 2013, como resultado da integração de sete faculdades estaduais, o que implicou a ampliação e criação de novos espaços de ensino, pesquisa e extensão. Conta com sete câmpus, distribuídos em cinco mesorregiões do estado do Paraná.

⁷ Os cursos de Pedagogia e História são ofertados pelos câmpus mencionados, à exceção de Apucarana, onde há apenas o curso de Pedagogia.

de cada curso/câmpus. Participaram da investigação 18 jovens universitários, conforme apresenta o Quadro a seguir⁸:

Quadro 1: Participantes das entrevistas

Câmpus	Curso	Nome	Idade	Vinculação laboral
Campo Mourão	Pedagogia	Gisele	29	Trabalha com registro
	Pedagogia	Mariana	21	PIBID
	História	Daniele	21	Desempregada
	História	Letícia	21	Trabalha com registro
União da Vitória	Pedagogia	Fabiana	28	Desempregada
	Pedagogia	Adriana	25	PIBID
	História	Gabriel	22	Cargo Comissionado na Prefeitura
	História	Andreia	22	Bolsista em projeto de extensão
Paranaguá	Pedagogia	Paula	21	Desempregada
	Pedagogia	Gabriela	24	PIBID
	História	Alexandre	28	Estágio Remunerado
	História	Ronaldo	26	Desempregado
Apucarana	Pedagogia	Bruna	25	Estágio Remunerado
	Pedagogia	Franciele	22	Estágio remunerado e professora na Rede Básica
Paranavaí	História	Rafaela	26	PIBID
	História	Maikon	21	PIBID e dá aulas particulares
	Pedagogia	Kelly	23	Professora da rede particular
	Pedagogia	Jaine	21	Estágio Remunerado

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As entrevistas foram realizadas no ano final da formação, isto é, junto aos estudantes que cursavam o 4º ano da Graduação, porque tivemos como objetivo investigar como o processo de formação no curso é assumido e ressignificado pelos jovens que, em sua maioria, estavam prestes a concluir o Ensino Superior. O roteiro da entrevista contemplava, entre outros, elementos como as vivências, o cotidiano e as expectativas de futuro dos jovens; a vivência política, formas de participação e como se envolvem nos processos políticos; e, ainda, as impressões sobre a formação universitária, bem como os impactos da Graduação em suas compreensões sobre a dimensão política.

Para a análise dos dados, foram construídos três eixos de análise, que serão apresentados a seguir, e que expressam os diferentes sentidos atribuídos pelos jovens universitários à política.

⁸ Em acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os nomes dos participantes citados em nossa análise são fictícios.

OS SENTIDOS DA POLÍTICA PARA OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Como demonstramos, as formas de participação juvenil são múltiplas nos espaços que esses sujeitos vivem, como nas universidades, nas cidades, nos movimentos e mídias sociais, nas câmaras municipais, nos coletivos e mesmo em conversas cotidianas e debates com amigos e familiares. Essas formas de atuação são orientadas pelas maneiras como cada jovem significa e entende a política, de modo que, a partir do que pensam ser parte desta dimensão, sugerem ações em relação à mesma. Objetivamos, nessa seção, perquirir as significações atribuídas à política nos dados coletados por meio das entrevistas.

Para tanto, estabelecemos alguns eixos para aprofundar as análises dos sentidos que orientam as compreensões dos jovens, os quais são abordados na sequência. Ressaltamos que os eixos não dividem os sujeitos em grupos, isto é, um sujeito não se embasa apenas na compreensão de um eixo, mas pode mobilizar mais de uma das compreensões presentes nos mesmos.

POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE: “A POLÍTICA INFLUENCIA EM TUDO”

Quanto aos conteúdos que se referem à política, identificamos, como anunciado, diferentes perspectivas e formas de atribuir sentido a esta dimensão, tendo, num primeiro momento, emergido o sentido daqueles que a pensam enquanto meio de organização social, que implica na vida e no cotidiano das pessoas, para a qual destacou-se, ainda, uma conotação mais formal e institucionalizada de política.

A respeito de enxergar a política como elemento presente em todas as relações, quase como algo inerente ao ser humano – ou mesmo como constituinte de sua natureza, conforme instituiu Aristóteles em “A Política”, uma estudante expõe que a política “está tão presente em tudo que a gente faz, que não tem como você não se sentir pertencente a ela [...] Muitas coisas que determinam nossa vida são políticas” (Gisele, 29 anos, Pedagogia). Esses entendimentos são recorrentes e centralizam a política como algo presente em tudo, como apresentamos a seguir:

tudo envolve a política, o meu cargo, que um dia eu vou conquistar, que eu vou ter, depende da política. Eu vou estar subordinada ao Estado, que vai pagar o meu salário. Tudo é política. (Adriana, 25 anos, Pedagogia).

No cotidiano, tudo, o meu bairro é gerado em política, a universidade é política, tudo, eu acho que basicamente tudo é política. (Andreia, 22 anos, História).

Essa ideia do ser humano enquanto animal essencialmente político foi relativizada por Arendt (2002), ao argumentar que o sentido da política é a liberdade e que, portanto, a política se daria na relação entre as pessoas, nos debates e em seus conflitos, no espaço público, não como algo inerente à natureza humana. A autora questiona o caráter naturalizante de entender a política, que pode implicar em neutralidade, pois há um entendimento de que, independente do que fizerem, os sujeitos sociais serão políticos.

A respeito do sentido da política como organizadora da sociedade e presente em diferentes âmbitos, podemos inferir que leva os jovens a considerarem a importância desta dimensão, e, faz com que, mesmo aqueles que não gostam muito do assunto, passem a se interessar pelo tema. Isso é possível verificar nos exemplos a seguir:

gostar eu não gosto, mas sei que a gente tem que estar por dentro, **é uma forma de nos controlar**. (Kelly, 23 anos, Pedagogia, grifo nosso).

As regras que existem socialmente que os políticos aprovam. Então tudo isso acaba **regendo** a nossa vida, a gente sempre faz parte de uma cultura, de um sistema e você só vai na **correnteza**, então você está sendo influenciado a todo momento. (Paula, 21 anos, Pedagogia).

No sentido aqui destacado, a política é pensada como algo que organiza e controla a vida das pessoas, e que passa a constituir uma dimensão que não pode ser atenuada, mas para a qual se deve estar sempre atento. Além disso, os jovens compreendem essa dinâmica como algo que leva o sujeito, e que é difícil de ser alterada, a exemplo da analogia da “correnteza” utilizada pela estudante.

Uma outra característica evidenciada por esse eixo é a de que, nos relatos dos jovens, são destacadas, especialmente, as instituições oficiais, como o governo, o Estado, as leis e os políticos – neste caso, referindo-se àqueles que ocupam algum mandato, ou seja, os parlamentares e que atuam na via institucional. Os trechos a seguir permitem verificar

alguns desses aspectos e enfatizam ainda de que forma a política se faz presente na vida desses jovens:

hoje, o cafezinho está 30% mais caro, porque aumentou o imposto, o combustível, e por que aumentou o imposto? **Porque algum político lá em cima aumentou.** Tudo da política reflete na nossa alimentação, no combustível e até mesmo nas disciplinas que vão ser aplicadas na sala de aula. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Se o ônibus quiser cobrar cinco reais, eu vou ter que pagar cinco reais, eu vou ter que ir para faculdade. **Então eu acho que a todo momento a política está influenciando você.** (Gabriela, 24 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Nesse entendimento há, por parte das estudantes, uma crítica ao aspecto do controle e definição que a política exerce. No entanto, esta crítica não leva os jovens a sugerirem o distanciamento da política, pelo contrário, demandam justamente que as pessoas estejam atentas a esta esfera, que é, nesse caso, entendida mais em seu caráter institucionalizado, referente às leis, às definições oficiais, à atuação dos políticos. Uma vez mais, os trechos a seguir auxiliam na compreensão deste sentido:

o que eu faço mais é, por exemplo, acompanhar as sessões da Câmara do município, acompanhar o Diário Oficial do município todos os dias, tentar ficar o máximo possível informado sobre a Câmara e o Senado, até mesmo o Governo do Estado, é o que eu faço em política, tento me manter o máximo informado. (Gabriel, 22 anos, História).

No votar, quando eu for votar no prefeito, presidente, governadores, votar numa pessoa que eu veja que tem um plano que vai combater esse tipo de coisa, acho que é isso. (Andreia, 22 anos, História).

Por meio dos trechos destacados, vemos a presença mais intensa de um caráter institucionalizado da política, por mais que, conforme tem sugerido a literatura, as vias desse formato não sejam mais as principais enfocadas pelos jovens, como pudemos verificar nas discussões dos capítulos anteriores (SAINTOUT, 2009; CASTRO, 2016; GOHN, 2018; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Dentre os jovens participantes, há um número relevante de sujeitos que depositam na via parlamentar as esperanças de resolver

problemas sociais, especialmente, no que se refere a importância atribuída ao voto e à escolha dos candidatos, fato que ratifica a força das formas institucionais de fazer política, mesmo que haja mais dinamismo e diversidade do pensar e fazer política nas vias não-institucionais (MAAR, 2000; CASTRO, 2016; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Nesse primeiro eixo, o caráter reprodutor e de manutenção de poder da política é um aspecto que configura o sentido geral, sendo que a ideia da mudança, da alteração das práticas e da sociedade parece não permear de forma mais incisiva esse entendimento. Fica em relevo nesse eixo a função de manutenção, controle e de contenção que pode ser exercida por meio da política (LULIANELLI, 2003; BOURDIEU, 2011). Isso pode ser verificado na compreensão da estudante que expõe que a política se refere a: “um processo que tem organizado, pelo menos tem mantido a nossa sociedade assim, em forma de estrutura e tal” (Gisele, 29 anos, Pedagogia). Tanto nessa como em outras falas, a política aparece então como elemento que define, estrutura e mantém relações vigentes (MANNHEIM, 1977; BOURDIEU, 2011).

De modo complementar, na compreensão apresentada por este eixo, a dimensão da política é destacada pelos jovens como relevante, independente das circunstâncias. No trecho a seguir, quando questionada sobre gostar de política, uma estudante destaca: “Não gosto, mas é um mal necessário, porque você está inserido em um meio no qual a política, de todo modo, posso te dizer, ela é vigente, está em todo lugar. Então assim, é um mal necessário” (Letícia, 21 anos, História). Ao que parece, esse entendimento reforça uma ideia da política como algo externo ao sujeito, mas que deve ser pautada e considerada a todo custo. Deste modo, ao que sugerem os dados, o sentido aqui atribuído à política leva os jovens a não se considerarem como seres que a produzem, não assumindo protagonismo diante desta dimensão que organiza, determina, influencia e envolve suas vidas (MAYORGA, 2017).

Nesse sentido, os jovens não realizam, nesse caso, um movimento de se entenderem como coprodutores da política de forma mais direta, pelo contrário, é conferindo aos sujeitos apenas a responsabilidade de escolher candidatos e acompanhar processos institucionais e seus representantes. Mais uma vez, o fato da política organizar e constituir o país é ratificado por uma entrevistada: “Eu gosto de política, porque a gente é um ser

político. Então a política é importante, **ela que rege o país**. Muitas pessoas não gostam nem de tocar no assunto, mas ela é super importante!” (Adriana, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso). Ao que parece, há um movimento de cisão entre o campo político e o restante da sociedade, que é operacionalizado nas compreensões dos estudantes, sugerindo para uma suposta separação entre esses. Como ratifica a mesma estudante, **“os políticos decidem para o país o que tem que ser feito e tal**, eu acho importante numa democracia num lugar civilizado a gente ter política” (Adriana, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso). Aqui, a compreensão da estudante reforça o sentido da política enquanto elemento organizativo da sociedade, defendido, ainda, como algo fundamental para a manutenção do funcionamento da mesma.

Vimos por meio desse eixo que, entre os estudantes, a política é um assunto de destaque e importância, para o qual se deve estar sempre atento, especialmente quando sugerem que a política está presente em tudo. Esta dimensão, ainda, é vista como algo que organiza e define aspectos para a vida das pessoas, sendo em grande medida focado seu caráter institucional, que ficou evidente quando a maioria esboça a preocupação com a via parlamentar, ao escolher os melhores candidatos, acompanhar os trâmites do governo federal, Senado, Câmara dos Deputados, etc. Pelo que vimos, esse entendimento não favorece que os estudantes se percebam enquanto sujeitos políticos e também para a transformação das relações vigentes via outros mecanismos diferentes dos tradicionais.

DEMOCRACIA, CORRUPÇÃO E OS PARTIDOS POLÍTICOS: “EU NÃO SOU NEM PT, NEM DO PSB, NEM DO PSDB, NEM DO PQP”

Um segundo sentido identificado nos relatos dos estudantes foi aquele que associa a política à conotação partidária, entendendo-a enquanto sistema corruptível e sem salvação, utilizada para a satisfação de interesses próprios dos políticos e voltada para conquistas particulares. Com um viés negativo dessa dimensão, como no trecho a seguir:

eu não sou nem PT, nem PSB, nem do PSDB, nem do PQP, não sou nada e também não defendo político nenhum, eu tento entender o que acontece,

por que o Brasil caiu nessa merda que está hoje [...]. Olha, por mais que essas pessoas queiram entrar lá e fazer uma diferença, **existe tipo uma engrenagem e tudo mais**, que digamos eu entro, sou eleita uma deputada federal, eu sou uma e tem mais 10 outros deputados federais que querem que eu faça alguma coisa para beneficiar eles, se eles estiverem no poder e sabotarem, **eles vão me sabotar se eu for contra**, então [...] a pessoa se corrompe, não porque ela queira, mas porque existem em volta dela um **círculo de sabotadores**. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Nesse trecho, identificamos aspectos que demarcam esse segundo eixo, por exemplo, o fato de a estudante se preocupar em afirmar que não faz parte de nenhum partido político, sugerir que os mesmos estão associados à corrupção, que mais adiante é vista como uma “engrenagem”, ou seja, a corrupção como um todo organizado, que perpassa os partidos políticos, concentra poderes e constitui um “ciclo de sabotadores”.

Podemos dizer que as compreensões da estudante – de caracterizar o sentido representado neste eixo de análise – apresentam certa consonância com alguns movimentos juvenis que contestam a política na atualidade, que trouxeram ideias como “Vão-se todos”, “Ninguém me representa” e outros, marcados pelo questionamento e pela própria problematização da democracia, isto é, das formas de representação, do parlamento e do sistema político como um todo. Com efeito, esse movimento tem sido percebido não só no Brasil, mas em outros países da Europa, nos Estados Unidos e em toda a América Latina, como mostrou Castells (2018), ao analisar o que tem chamado de ruptura entre os governos e governados, de uma crise de representação que tem se consolidado desde meados dos anos 2000. A partir disso, os jovens têm pautado e reivindicado quase que unanimemente pelo fim da corrupção e fraudes nos sistemas políticos, e também por temas tais como a democratização e melhoria de todos os níveis de educação, a promoção de serviços de saúde, segurança, transporte, cuidados com o meio ambiente, mobilidade urbana, moradia, etc. (SAINTOUT, 2009; SAKAMOTO, 2013; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

A conotação da política enquanto sistema corruptível e corrompível é ratificada em várias passagens das entrevistas com vários outros estudantes, como mostramos a seguir, ao que indica que eles entendem que há pouca possibilidade de mudança a partir da forma como a política está organizada. Como exemplo, quando questionada sobre os motivos que levam as pessoas a se envolverem com política, a estudante argumenta:

chegando lá, eu não sei se é o **sistema**, não sei se é alguma coisa que já está pré-definida ali, acaba corrompendo mesmo. Não que a pessoa seja também uma santinha, mas eu acho que o **sistema acaba corrompendo**. (Mariana, 21 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Mais uma vez, existe na política algo que contamina aqueles que se envolvem com ela, de modo que não resta alternativa, já que mesmo as pessoas bem-intencionadas acabam sendo “contaminadas” nesse bojo, nesse “sistema” que corrompe. Esse entendimento se formula possivelmente a partir do acirramento dos escândalos de corrupção no Brasil nos últimos anos, como aqueles mencionados no segundo capítulo, entre os quais o “Mensalão”, “Petrolão” e os investigados pela operação “Lava Jato” – que intensificam um problema gritante – estão entre os mais presentes na mídia brasileira e alimentam a crise política no país (NETTO, 2016; ROSSONI; MOTTA, 2017).

É consenso para diversos autores que a corrupção é um problema histórico, candente e cíclico da sociedade brasileira (SOUZA, 2017, 2018; GOMES, 2016; ROSSONI; MOTTA, 2017). No entanto, enfocamos as compreensões que se propõem a explicar a corrupção na contemporaneidade, isto é, no período pós-redemocratização, e como ela tem sido percebida pelos estudantes de nossa pesquisa, que sinalizam para uma visão negativa, como temos argumentado, e que pode ser verificada a seguir:

parece que tudo é corruptível! Mas eu ainda assim tenho aquela utopia de que a política ela é para ser correta, ela é para dar sustentabilidade para a população. Eu penso assim, aquela democracia, que o povo um dia ainda vai ter voz nesse mundo, e que quando ele tiver voz ele vai saber o que fazer, ele não vai se corromper, se vender. (Letícia, 21 anos, História, grifo nosso).

Os vários casos de corrupção e a facilidade com que muitos políticos possuem para escapar das punições ao usarem os poderes concentrados corroboram com a perspectiva da estudante de que “tudo parece corruptível”, e que, em alguns casos, conta-se com a

participação da população, que continua a eleger políticos amplamente denunciados por corrupção e, por vezes, com processos julgados (GOMES, 2016).

Tudo isso contribui para que as formas de atuação juvenil não sejam mais, exclusivamente, movidas por grandes correntes ideológicas e projetos societários, mas as próprias práticas dos jovens nos vácuos do Estado – como na preparação de estudantes carentes em cursinhos pré-vestibular, campanhas solidárias, e outras ações – indicam que os grupos juvenis já não acreditam, nem esperam de modo único e exclusivo de algumas instituições que deveriam juridicamente oferecer determinados serviços à população (CASTRO, 2016; AGUILERA, 2013; BAUMAN, 2012).

A respeito da continuidade de políticos corruptos exercerem mandatos nos parlamentos, é interessante pensar a partir da dimensão do campo político, no qual são constantes as forças que atuam para manter os poderes instituídos, e mesmo para concentrar o capital político. Há, assim, um dinamismo nesse campo e na relação com os demais, mas também um trabalho de conservação das regras, instrumentos e formas pelas quais se definem suas hierarquias dentro do campo – esse acúmulo de capitais contribui para o aparelhamento de alguns políticos para desviarem de investigações e julgamentos, permanecendo na política (BOUDIEU, 2011; GOMES, 2016).

Ao se referirem à política, alguns jovens replicam tal entendimento de um sistema organizado e guiado pela corrupção com esquemas “pré-definidos”, como vemos a seguir:

as coisas parecem tão corruptíveis, porque mesmo quando a pessoa entra com boas intenções, ela não consegue se manter lá dentro, porque ela não se adapta ao sistema que já está **engrenado** [...] digo na câmara, no senado, na presidência. Então é muito, muito complicado [...]. E daí acaba que, quando a pessoa tenta entrar lá, ou ela não tem essa relação com a população ou **ela não se adapta com os esquemas que já estão pré-definidos**. (Letícia, 21 anos, História, grifos nossos).

Eu acho que ainda existem pessoa boas na política, que querem fazer algo para a população, só que para mim a **política corrompe o homem**, o homem acaba sendo **corrompido** pela questão do dinheiro fácil. Assim, acaba perdendo um pouco seus valores. (Rafaela, 26 anos, História, grifos nossos).

Além desse entendimento da política como um sistema organizado de modo negativo, no segundo trecho, a estudante menciona que às vezes há, por parte da população, interesse em “moedas de troca” e a busca por vantagens individuais – que podem ser exemplificados pelas trocas de favores, vendas de votos, etc. – processos que auxiliam na perpetuação dos políticos corruptos na política, no parlamento. Outro entendimento decorrente é de que o sistema político não pode ser melhorado e, ainda, de que aquelas pessoas que se envolvem com política são contaminadas pelo sistema.

Essa dimensão da política enquanto sistema corrupto parece não apenas ser o que coopta as pessoas (políticos) para atos ilícitos e/ou corruptos, mas também é apontado pelos estudantes como causa de problemas sociais do país, como a seguir:

tudo isso está atrelado, repito, à questão da corrupção, se você é de um país **extremamente corrupto**, não vai se garantir essas coisas básicas para o povo, e aí os problemas vão virando uma bola de neve, cada vez aumentam mais [...] **No nosso país, eu acho que 80% da culpa é da corrupção**, eu acho que olhando pelos recursos naturais que nós temos, pela visão que o povo tem sobre trabalho [...], **se não houvesse corrupção**, não acho que nosso país seria um país totalmente igualitário, mas que a questão de desigualdade social, miséria, pobreza, ela seria reduzida. (Gabriel, 22 anos, História, grifos nossos).

A pobreza, na verdade, **olha o tanto que eles roubam**, dá para sustentar minha família inteira o resto da vida. **A preocupação da maior parte dos governantes é de encher os bolsos** e não pensar no bem-estar e nós não sabermos disso, continuar alienados, duas razões para a pobreza. (Kelly, 23 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Como podemos verificar, as críticas à corrupção aparecem explícitas nesse eixo, como no último trecho citado, em que a estudante coloca que a “preocupação da maior parte dos governantes é de encher os bolsos” (Kelly, 23 anos, Pedagogia). Ao que parece, na percepção desses jovens, nascidos no período pós-redemocratização, é possível pensarmos que existe uma forma de compreender marcada por uma percepção coletiva dessa geração a respeito do problema da corrupção. A imersão desses jovens num bombardeamento de notícias sobre corrupção é uma experiência comum aos sujeitos que ocupam essa posição geracional (MANNHEIM, 1982; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

As análises realizadas até aqui destacam a preocupação e indignação dos jovens acerca dos problemas que envolvem a política, como a corrupção, que parece ampliar a insatisfação e a insegurança em relação ao que pode ser ofertado pelos governos e pelo Estado. Esse fato possivelmente contribui para a desinstitucionalização da participação juvenil, para a desconfiança nas instituições e em processos democráticos, para críticas às limitações dos mecanismos de participação (CASTELLS, 2018).

Em síntese, os aspectos problematizados parecem sugerir para alguns dos motivos que contribuem para a não participação juvenil em alguns processos políticos e democráticos, e permitem entender o porquê dos jovens, em alguns casos, buscam outros espaços não-institucionalizados de exercer suas reivindicações por direitos. Se no primeiro eixo vimos que os jovens depositam “poucas fichas” nas mudanças políticas pela via institucional, nesse segundo eixo, eles ainda acrescentam que a política tem contribuído para criar e reforçar problemas e desigualdades.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÃO: “A POLÍTICA ME MOVE”

Em um terceiro eixo, identificamos um sentido atribuído à política pelos jovens que a entende como meio de transformação das relações sociais, algo em movimento, com amplo caráter de ação e que perpassa a educação e formação das pessoas, o qual constatamos a partir trechos como os seguintes:

sim, eu gosto porque política move a gente. É como eu te falei, não tem como a gente pegar e ser não político ou dizer que não gosta de política. Balandier sempre diz: “todo ser humano é político” (Rafaela, 26 anos, História, grifo nosso).

Eu gosto de política porque nesse sistema **é o único modo de se ter uma mudança**. A política é boa porque ela traz este questionamento de você expor ideias e ter alguém que represente você. (Ronaldo, 26 anos, História, grifo nosso).

Nesses trechos, a política é endossada de modo positivo, sendo colocada como algo que não deve ser negado, mas como algo que pode mover os sujeitos e para a qual deve-se estimular as pessoas a saberem. Além disso, diferentemente dos eixos anteriores, nos quais foi destacado um caráter estático, de permanência e continuidade da política, nesse entendimento, essa dimensão passa a ter reconhecido um caráter de mudança e transformação das relações e das coisas, na direção de melhorias para a sociedade. A ação e atuação dos estudantes parecem estar mais presentes nesse sentido, ao passo que nos possibilita questionar a ideia da juventude apática e desinteressada. Esses diferentes sentidos que podem habitar concomitantemente as compreensões políticas dos jovens, de modo que passam a demandar análises mais refinadas para os que se comprometem a compreender essas relações (MAYORGA 2017).

Esse sentido de maior protagonismo dos estudantes não se propaga de modo natural, mas sugere o conhecimento sobre os processos político-sociais e a educação como meios de propagação. Como no seguinte trecho:

então se você quer mudar o mundo você não fará de uma hora para a outra. Você tem que começar pela semente e **a semente é a educação** [...]. **É o sacerdócio mais importante do mundo**, porque a “mão que balança o berço é a mão que dominará o mundo”. Quer que seus alunos sejam pessoas boas e íntegras, seja uma pessoa íntegra. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Se no segundo eixo pautamos a corrupção e problemas decorrentes de processos que envolvem a política, aqui a educação é sugerida como algo que pode formar pessoas “boas e íntegras”. Os jovens indicam, ainda, que a participação política pode ser exercida por meio da educação, como nos trechos a seguir:

Eu acredito que de alguma forma eu contribuo para uma mudança. Como eu faço parte do Pibid, que é o Programa de Iniciação à Docência, **eu tenho um espaço de diálogo com uma geração, que vai ser a geração do futuro, e eu consigo, vejo que de alguma forma aquilo que falo transforma**, nem que seja um pouquinho, a forma deles pensarem. (Daniele, 21 anos, História, grifo nosso).

Nossa, eu me considero política sim, e eu tento discutir, principalmente na escola, no ambiente escolar ou na universidade, mesmo quando a gente está em aula, eu pretendo discutir, levantar essas questões [...] dentro da minha sala de aula é o meio que eu posso **transformar alguma coisa**. (Franciele, 22 anos, Pedagogia, grifo nosso).

A educação recebe centralidade ao se referirem à política e à possibilidade de mudança, como podemos visualizar nos trechos acima, sendo responsável e importante para resolver alguns problemas do país. Este aspecto é também ressaltado por Bauman (2013), que defende a educação como via que pode contribuir para a mudança de uma lógica entendida como consumista e que tem forjado as identidades nessa sociedade líquida. A educação é vista então, nos dois casos, em seu caráter de transformação, assim como a juventude é registrada pelo autor como grupo de destaque por sua capacidade de criação e recriação, e, portanto, seria chave para promover o que o autor chama de uma necessária “Revolução cultural”.

Os estudantes defendem que a universidade propiciou um entendimento mais amplo e até tentam contribuir para que mais pessoas façam o curso superior. Outro estudante ratifica essa ideia da educação e da formação como importantes para resolver problemas sociais: “Eu vejo a educação como uma maneira de humanizar as pessoas. **Uma pessoa mais instruída** com uma educação mais libertária, uma educação mais ampla, teria mais condições de enxergar o mundo de maneira menos desumana” (Alexandre, 28 anos, História).

Ademais, os jovens passam a entender que fazer política necessita de estudo, preparação, formação, certamente por serem universitários, e passam a questionar os sujeitos sem essa titulação e legitimidade que o Ensino Superior lhes confere: “é simplesmente pelo voto, deveria ter uma exigência, não é qualquer um que deveria ser político. Muita coisa já ia melhorar, [...] às vezes eles não têm noção do que fazem!”. Nesse caso, a estudante compreende que muitos políticos têm pouca formação. Dessa forma, atribui à universidade a possibilidade de ter pensamentos mais coesos e críticos.

Além de a graduação repercutir na construção da discursividade dos jovens, parece ser um espaço que propicia outras formas de participar da política, às vezes até mesmo de

modo imprevisível e não planejado, como aconteceu, por exemplo, nos movimentos de ocupação da universidade, fato que vários deles comentam:

Tive algumas experiências durante a ocupação também. No movimento de ocupações no Estado do Paraná eu dei aula para os alunos que estavam ocupando as escolas. Daí entrei mais no meu tema que é a Ditadura Militar [...] Participei das ocupações. (Alexandre, 28 anos, História).

Então, nos outros anos, eu tive possibilidade de participar bastante, aqui nós participamos do movimento estudantil, o ano passado eu não sei se você estava presente quando **houve a ocupação aqui na instituição**, eu também fiz parte desse movimento de ocupação. (Gisele, 29 anos, Pedagogia).

Me foram oportunizadas discussões sobre o feminismo, que é o único movimento que eu me vejo efetivamente fazendo parte, que eu digo que eu sou. E o curso me possibilitou tanto ver as falhas, quanto conhecer, tentar abraçar, de certa forma, o movimento e também as discussões promovidas dentro da universidade com as relações de gênero, com as relações de poder também. (Daniele, 21 anos, História).

Ao que parece, a universidade se apresenta aos estudantes como espaço para desenvolverem o protagonismo, que se expressa, por exemplo, por esse movimento de ocupação e reivindicação de direitos e melhorias para a educação, e também quando é estimulada – seja pelas discussões em sala, pela influência dos colegas ou dos professores – a participação em outros movimentos e grupos (GOHN, 2018; SILVA; MEI, 2018).

Por meio desse eixo, é possível questionar a ideia de apatia e desinteresse dos jovens para com a política, assim como perceber que, em se tratando da política, a busca por conhecimento, informação, preparação são, para eles, pressupostos que permitem a participação mais qualificada das pessoas na política. Os jovens parecem encontrar na universidade espaços para criarem novas formas de participação, que intentam a mudança e a transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos analisar os sentidos que jovens licenciandos, estudantes de uma universidade pública paranaense, atribuem à política. Para a análise dos dados – coletados a partir de entrevistas semiestruturadas – construímos três eixos de discussão, que expressam as diferentes formas com as quais os jovens se relacionam a esta dimensão.

No primeiro eixo de análise, vemos que os jovens imaginam a política enquanto meio de organização e estruturação social e que influencia, em grande medida, em suas vidas e na sociedade como um todo. Ainda, associam a essa dimensão um caráter institucional, no qual se parece exercer controle da vida e dos rumos do país. Ainda assim, e também por esses motivos, os jovens atribuem importância à política, vista como algo que precisa ser apurado e acompanhado de perto, mas não expressam a ideia de mudança e de transformação dessas estruturas.

No segundo eixo, ficou em relevo a percepção dessas estruturas permeadas por corrupção, interesses pessoais e privados, sendo a política um sistema corruptível e perverso. Ao mesmo tempo, parecem indicar, por esses motivos, uma recusa aos meios tradicionais de fazer e participar da política, ao mostrarem também que não usam mais os mesmos mecanismos de participação de décadas atrás. Ao que parece, as instituições – incluindo o Estado – não têm dado suporte e respostas aos anseios dos jovens que, cansados de tudo isso, dos poderes concentrados, instituídos e estruturados de modo tão absoluto e ainda permeado por tantos problemas sociais, especialmente pela corrupção, têm necessidade de buscar novos caminhos.

Já no terceiro eixo, identificamos um dos principais meios que os jovens têm encontrado de participar e atuar da política, ao depositarem esperança na educação como meio de resolver problemas sociais, como a desigualdade, o preconceito e a pobreza. Além disso, entendem que a educação seria aquilo que pode ajudar a formar nas pessoas compreensões que lhes permitam perceber as estruturas de poder e se engajem na transformação, como ficou evidente por meio da participação ampla nas ocupações secundaristas e das universidades em que os jovens buscavam chamar a atenção para as

políticas educacionais. Nesta forma de entender a política, a formação universitária é vista como elemento diferencial, que permite a emancipação do sujeito para uma nova compreensão e atuação no mundo.

Na relação com a empiria, identificamos que os jovens não pensam a política de um modo único e nem de modo isolado, mas de maneira que se evidencia a complexidade e multidimensionalidade na formulação das diferentes significações expressas em suas compreensões. Há, portanto, uma multiplicidade nos sentidos que atribuem à política. Em síntese, nossa investigação permitiu perceber que um mesmo sujeito pode trazer posições que são contrárias em conjunto, de modo que suas disposições e visões de mundo não são homogêneas. A formação universitária não conduz para uma única compreensão ou jeito de entender a política, mas, para além de polarizações, dentre as compreensões analisadas, há muito mais lados, horizontes, posições e formas de pensar, se engajar e dar sentido à política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H.; FACCHINI, R. *Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional*. São Paulo: Polis, 2009.
- ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Zahar: Edição Digital, 2012.
- _____. *Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.
- BUENO, G.; ZANELLA, A. V. Jovens, arte e os sentidos da cidade. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 162-183, jan./jun. 2015.
- CATANI, A. M.; GILIOLI, R. S. P. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CASTELLS, M. *Ruptura: as crises da democracia liberal*: Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTRO, L. R. Jovens na política: tensões e paradoxos no contemporâneo. In: MEZZOMO, F. A.; PÁTARO, C. S. O.; HAHN, F. (Orgs.). *Religião, cultura e espaço público*. São Paulo: Olho D'Água, Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 97-120.

- CARRANO, P. Jovens universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional In: SPOSITO, M. P. *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 179-228.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Memória e Sociedade: Portugal, 2002.
- CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-22.
- CORROCHANO, M. C.; DOWBOR, M.; JARDIM, F. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 50-66, jan./abr. 2018.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.
- FARIA, J. E. De maio de 1968 a junho de 2013. *RDUNO*, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 4-14, jan./jun. 2017.
- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI, J. A. S. Introdução: Juventude para além dos mitos. In: _____ (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9-16.
- FREIRE-MAIA, N. *A ciência por dentro*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.
- GOMES, J. V. L. *O cidadão frente à corrupção: um estudo sobre o comportamento político*. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5680/2/josevitorlemesgomes.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015*. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- LULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; _____ (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.
- MAAR, W. L. *O que é política?* São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MAYORGA, C. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil – entrevista concedida a Ada Fontanella e Laiza Campos. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 11-24, jan./jun. 2017.
- MANNHEIM, K. A educação como técnica social. In: FORACCHI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. 8 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 88-90.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MONFREDINI, I. As Possibilidades de formação de sujeitos na Universidade. In: _____ (Org.). *A Universidade como espaço de formação de sujeitos*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2016, p. 7-20.

NETTO, V. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

SAINTOUT, F. *Jóvenes, el futuro llegó hace rato: percepciones de um tiempo de cambios: familia, escuela, trabajo y política*. 1 ed. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2009.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 83-87.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 60-67.

SILVA, J. P.; MEI, D. S. As ocupações nas escolas em 2015 e 2016: “Primaveras Estudantis”. *Revista Chão de Escola*, Curitiba, n. 15, p. 43-55, 2018.

SOFIATI, F. M. *A juventude no Brasil: história e organização*. 2008. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiati.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SOUZA, J. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. *Interesse Nacional*, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 35-57, out./dez. 2014.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). *Conservadorismo, fascismos e fundamentalismo: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 87-116.

_____; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

